

A governabilidade

— O dilema do 'day after'

RAPHAEL DE ALMEIDA MAGALHÃES

As eleições, no seu primeiro turno, não deixaram nada de pé. Tudo o que o País acumulou de distorções, preconceitos e injustiças foi passado a limpo. Suas representações formais foram varridas do mapa político. Os grandes partidos foram estilizados. As lideranças políticas tradicionais trituradas. O clientelismo, o empreguismo, as máquinas burocráticas, tudo isto foi virado de pernas para o ar. Nada disto tinha mais consistência real. Eram castelos de cartas que não correspondiam às expectativas da população.

A maioria queria a mudança desde a campanha das diretas. Adiou suas esperanças ao engajar-se na candidatura Tancredo Neves. Desconfiou do Governo Sarney. Apostou tudo no milagre do Plano Cruzado. Confiou, de novo, convencido de que a mudança, afinal, chegara. Votou no PMDB, em 1986, certo de que garantia o futuro e assegurava a consolidação das mudanças. Revoltada, condenou o PMDB e o Governo Sarney. Desprezou-os por se sentir traída no seu anseio de mudanças. Pois, se existe uma constante, ao longo da década, no comportamento político do povo, é a vontade de mudança que anima a população.

Mudança de caras. Mudança de métodos. Mudança de estilo político. Mudança na maneira de encarar a moralidade públi-

ca. Mudança que possa alimentar a esperança de melhoria nas condições de vida da maioria. Mudança que possa minorar as distâncias sociais. Mudança na iníqua distribuição de bem-estar dos brasileiros. Mudança que assegure a todos um mínimo de dignidade para viver. Mudança que ofereça aos pobres um horizonte melhor de vida. Mudança que garanta a todos saúde, educação, habitação e alimentação. Mudança, numa palavra, que comece a corrigir os desequilíbrios e a distância existente entre ricos e pobres.

De uma maneira, ou de outra, o "status quo" foi condenado. Collor como Lula interpretaram a vontade de mudança. E mudança, diga-se, de um lado e outro, absolutamente radical. Como se fosse um rompimento com o passado e com o presente. Tudo na expectativa de um novo começo. Como se fosse um corte no processo histórico. Uns querem, em especial, a mudança dos costumes políticos. Para outros, a prioridade são as mudanças estruturais.

Ambos têm o compromisso da mudança. A maioria escolheu vingadores. Ou heróis com capacidade de promover, por ato de poder, as mudanças pelas quais o povo anseia. Cada eleitor, de um ou outro, está seriamente convencido de que o Presidente detém, em suas mãos, a chave da prosperidade e do futuro. É uma questão de competência, vontade política, honradez e coragem para a ação.

Esta simplificação do processo político, de fundo voluntarista e maniqueísta, levará, inexoravelmente, à polarização da campanha no seu segundo

turno. Será um vingador contra o outro. O simbólico prevalecendo sobre a racionalidade. Será o rico contra o pobre, o patrão contra o operário e a Fiesp contra a CUT. A lógica eleitoral prevalecendo sobre a lógica das propostas. Um Fla x Flu sangrento, irrigado pela paixão que move os justos na defesa da sua verdade.

Teremos, ao final, um País dilacerado. Mas, também, um País desnudado. Com suas chagas sociais expostas. Não sei quem vai ganhar. Mas isto pouco importa. Porque, neste quadro, o importante, desde logo, para os que não estão no tiroteio eleitoral (como é o meu caso) é o "day after". Para se examinar, seriamente, os requisitos de governabilidade do eleito. Eleito, inevitavelmente, por uma fração da sociedade e com poucas possibilidades de promover um projeto de colaboração entre as classes sociais, fundamental para o equacionamento da crise brasileira. Sem base partidária e sem base parlamentar. E nisto que devemos pensar os sindicalistas independentes, os empresários não maniqueístas, os quadros mais responsáveis do PMDB (a começar pelo Ulysses Guimarães). E, sobretudo, o PSDB. Nem Lula nem Collor, por razões opostas, têm a ver com o projeto social democrata, cujo fundamento é a colaboração entre as classes e não a confrontação entre elas. Ficar com um ou com outro é inviabilizar o único projeto moderno. A neutralidade, no caso, não é uma omissão. É a forma efetiva de participar. Até mesmo para servir, mais adiante, de mediador para um pacto social, o instrumento moderno da gestão democrática.